



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia

Departamento de Economia

Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas

Efeito do Pós-Guerra na Cooperação Social em Locais Etnicamente Diversos

Ana Rodrigues Honorio

Orientador: Michael Christian Lehmann

Brasília,

Dezembro de 2020

Ana Rodrigues Honorio

**Efeito do Pós-Guerra na Cooperação Social em
Locais Etnicamente Diversos**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília - UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharelado em Ciências Econômicas, na Universidade de Brasília.

Orientador: Michael Christian Lehmann

Brasília,
Dezembro de 2020

Ana Rodrigues Honorio

Efeito do Pós-Guerra na Cooperação Social em Locais Etnicamente Diversos

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília - UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharelado em Ciências Econômicas, na Universidade de Brasília.

Aprovado em:

Prof. Dr. Michael Christian Lehmann
Orientador

Prof. Dr. Rafel Terra
Banca Examinadora

Brasília,
Dezembro de 2020

Sumário

Sumário	3
1 Introdução	4
2 Cooperação Social no Pós-Guerra	5
2.1 Consequências da Guerra	5
2.2 Cooperação Social	6
2.3 Problemáticas em Meio à Diversidade Étnica	7
3 Avaliação Empírica	8
3.1 A Guerra Pode Fomentar a Cooperação?	8
3.2 Modelo	10
3.3 Fragmentação Étnica	14
4 Resultados	15
4.1 Resultados	15
4.2 Explicação Teórica	16
4.2.1 Diversidade Étnica na Política	16
4.2.2 Utilização do ELF	18
5 Conclusão	19
Referências	21

Efeito do Pós-Guerra na Cooperação Social em Locais Etnicamente Diversos

Ana Rodrigues Honorio

Orientador: Michael Christian Lehmann

1 Introdução

As guerras foram constantemente presentes na construção das sociedades e do mundo, deixando legados de destruição por toda a sociedade. Apesar de suas consequências negativas, novas vertentes de pesquisa buscam identificar quais são os possíveis resultados benéficos destes conflitos às pessoas afetadas. Desta forma, o objetivo deste artigo é estudar o impacto da guerra sobre a cooperação social, mas em particular, se a guerra tem impacto positivo sobre a cooperação inclusive em locais etnicamente diversos.

A diversidade étnica é comumente associada a efeitos sociais negativos. Estudos como de Alesina, Baqir e Easterly (1999), Easterly e Levine (1997) e Rohner, Thoenig e Zilibotti (2013), afirmam que a diversidade étnica resulta em um menor gasto do governo em bens públicos e sua baixa propensão, o menor crescimento econômico do país e a maior probabilidade de guerra. Com este viés negativo, estas localidades são comumente assoladas por conflitos e suas consequências.

Mesmo com perspectivas de que a guerra tenha consequências institucionais adversas e impactos que não podem ser vistos como progresso social (BANCO MUNDIAL, 2003), pesquisas recentes estudam o impacto positivos do pós-guerra sobre a cooperação entre os indivíduos afetados, como em Bauer, Fiala e Levely (2014) e Gilligan, Pasquale e Samii (2013). Porém, apesar de suas contribuições, nenhum destes busca identificar se os efeitos positivos do pós-guerra também podem ser observados em lugares com grande diversidade étnica. Busca-se então, chegar a resultados que permitam ser abrangentes, ou não, a localidades etnicamente heterogêneas.

Este estudo utilizará como base os resultados encontrados por Bauer et al. (2016) em "*Can War Foster Cooperation?*", os quais foram obtidos a partir da utilização de uma meta-análise (técnica estatística para agregar os estudos abordados), e estenderemos a pesquisa para uma nova abordagem a partir da regressão linear. Buscamos testar se, em lugares etnicamente diversos, a guerra tem impactos diferentes à cooperação social entre os indivíduos.

Sabe-se da forte correlação entre cooperação e provisão de bens públicos, preservação de recursos comuns e incentivos à produção. Mas, apesar das conclusões positivas quanto

ao pós-guerra e ao aumento do índice de cooperação entre as pessoas, a diversidade étnica pode atribuir novos resultados. Em geral, a cooperação em lugares com diversidade étnica tende a ser menor. Por conta disso, acreditamos que tal resultado continua no pós-guerra, de maneira que a cooperação nestes lugares não aumenta de modo considerável.

Desta forma, a fim de analisar os impactos da guerra na cooperação em sociedades etnicamente diversas, este estudo se divide em cinco seções, a contar com a introdução. Inicialmente, apresenta-se uma breve revisão bibliográfica com os principais artigos e opiniões relacionadas a este tema. A terceira seção contém a descrição do modelo e a base de dados utilizada. A quarta seção aborda os principais resultados obtidos. Por fim, na última seção, são apresentados argumentos para demonstrar o viés de cooperação no pós-guerra nestas localidades e as considerações finais.

2 Cooperação Social no Pós-Guerra

2.1 Consequências da Guerra

As guerras aconteceram durante toda a formação da sociedade, assolando estes locais com violência e destruição. Seus principais efeitos são persistentes e impactam nos fatores relevantes para o desenvolvimento dos países afetados: capital humano, físico e social – chamada também de Armadilha de Conflito por Collier (2007). Pesquisas sugerem que a guerra chega a um nível de esgotamento que, sem ajuda, a pobreza pode ser persistente, à medida que o capital humano demora a reagir (ANNAN et al., 2011).

Um dos principais efeitos está relacionado ao capital humano. Bauer, Fiala e Lively (2014) relatam que as formulações de políticas nestes locais costumam considerar ex-soldados jovens como párias sociais – pessoas excluídas do convívio social – onde existe um constante receio de que estes indivíduos não consigam se readaptar às suas famílias ou à convivência em sociedade e passem a viver de maneira violenta, cometendo crimes. Como consequência, isso torna ainda mais difícil a reconstrução da sociedade civil e da democracia dos lugares afetados (BLATTMAN, 2009).

Contudo, mesmo que em parte das abordagens a guerra tenha consequências institucionais adversas e impactos que não podem ser vistos como progresso social (BANCO MUNDIAL, 2003), estudos abordam um outro viés de pesquisa. Tilly e Ardant (1975) atribuem às guerras a formação do Estado e a construção de nações na Europa, o que fortaleceu a capacidade institucional dessas localidades e promoveu o desenvolvimento econômico. Mesmo com uma perspectiva de que os conflitos contribuam para a erosão do capital social, um outro viés permite observar melhorias institucionais no pós-guerra e até incentivo para movimentação da economia por meio de mudanças nas preferências dos indivíduos (VOORS et al., 2012).

A partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (1993), um dos estudos de Bellows e Miguel (2009) citam o caso de Moçambique e Uganda, países que obtiveram um crescimento anual de 3,9% e 4,6% ao fim das guerras, um número acima da média africana do período. Estes dados abrem espaço para o novo viés de pesquisa: quais são os lados positivos do pós-guerra para as sociedades afetadas?

2.2 Cooperação Social

A guerra afeta principalmente o comportamento das pessoas, mas conseguimos identificar mudanças positivas mesmo após experiências violentas. Em um nível macro, indivíduos que são expostos a violência de guerra têm uma tendência de aumento na participação social em suas comunidades, principalmente com relação à participação na política (BAUER et al., 2016; BELLOWS; MIGUEL, 2009). Este movimento pode ser observado através da maior quantidade de votos de pessoas afetadas pela guerra em função de não afetados, como também pela tendência de ex-combatentes assumirem papéis de liderança em suas comunidades, mostrado por Blattman (2009). Como resultado deste, mostra-se comum que jovens ex-soldados em Uganda sejam significativamente mais propensos a votar do que outros jovens.

Os efeitos positivos perpassam o viés da guerra civil e se correlacionam, também, a um nível ainda maior. Em casos de grupos de sobreviventes no Holocausto Judeu estudados por Carmil e Breznitz (1991) e em vítimas de bombardeios na Palestina, citado por Punamaki, Qouta e Sarraj (1997), os resultados são positivos quanto ao comportamento das vítimas para com a sociedade. Geralmente estas pessoas são mais resilientes e, mais uma vez, a guerra tem como consequência o ativismo político (BLATTMAN, 2009).

Nesta perspectiva, para Bellows e Miguel (2009), o aumento na participação política não se relaciona a qualquer tipo de diferença socioeconômica, mas à relação entre ser vítima da guerra e o comportamento no momento posterior, onde há uma afirmação considerável das preferências cooperativas. Estes resultados tendem a acontecer, em parte, por conta de mudanças fundamentais na maneira como os indivíduos se relacionam entre si nas comunidades atingidas pela violência. As pessoas afetadas exibem um comportamento mais altruísta e pró-social quando comparados aos não vitimados, como abordado no estudo de Gilligan, Pasquale e Samii (2013).

Além de afetar o comportamento político, altruísta e pró-social das pessoas, o pós-guerra ainda perpetua mudanças nos níveis de confiança dos indivíduos. A princípio, a reintegração de ex-combatentes parece ser complicada devido a possível existência de efeitos negativos relacionados aos traumas. Não somente, a falta de aceitação pelas comunidades receptoras, principalmente por receio de seus comportamentos ou integridade ética e moral, dificulta este processo. Porém, em estudos de Bauer, Fiala e Levely (2014), a partir de um

jogo de confiança¹ feito com ex-combatentes, quanto maior o período que os destinatários passaram com o grupo militar *Lord's Resistance Army (LRA)*, maior sua confiabilidade².

Estes são resultados importantes visto que, em sociedade, há uma forte correlação entre cooperação e a provisão de bens públicos, a preservação de recursos comuns e incentivos a produzir. A cooperação pode ser interpretada como o nível de confiança entre os indivíduos (BAUER; FIALA; LEVELY, 2014) e, quanto maior a confiança, maior a redução os custos de transação, maior a obtenção de lucros e, conseqüente, há um aumento de incentivos à produção.

2.3 Problemáticas em Meio à Diversidade Étnica

Em um de seus pilares principais, a ciência econômica estuda os motivos para que algumas comunidades tenham acesso a altos níveis de bens públicos – número de telefones, porcentagem de estradas pavimentadas, eficiência da rede elétrica e anos de escolaridade – enquanto outras não. Certas abordagens atestam a diversidade étnica como principal fator a tal diferença, assim como afirmam que esta é uma das variáveis responsáveis pelo fraco crescimento econômico de alguns países, como a África (ALESINA; BAQIR; EASTERLY, 1999).

A diversidade étnica pode ser vista com um fator dificultador a políticas públicas em um nível microeconômico de preferências e utilidades. Cada divisão étnica detém sua cultura, o que possivelmente interfere nas decisões grupais. Alesina, Baqir e Easterly (1999) e Habyarimana et al. (2007) argumentam que diferentes grupos étnicos têm preferências variadas sobre que tipo de bens públicos produzir com a receita tributária, visto que o nível de utilidade de cada grupo étnico varia de acordo com sua singularidade e cultura seguida³.

Por conta destes motivos, a parcela de gastos que vai para bens públicos é baixa. Quanto mais diversa etnicamente, menor a contribuição tributária da população, mais altos são os gastos, os déficits e a dívida per capita e, além disso, as parcelas destinadas a gastos com bens públicos essenciais, como educação e estradas, tendem a ser menores também. Desta forma, formuladores de políticas podem ficar tentados a escolher a segregação e a descentralização para impor bens a comunidades relativamente homogêneas ou optam pela não provisão destes bens (ALESINA; FERRARA, 2005).

De maneira análoga, além de dificuldades com a propensão de bens públicos, estudos

¹ Mais detalhes sobre este jogo se encontram na seção 3.1.

² No jogo de confiança, quanto maior o período que os ex-combatentes passaram com o LRA, maior foi o compartilhamento que eles enviam de volta aos remetentes. Bauer, Fiala e Lively (2014) correlacionam esta cooperação social ao quanto essas pessoas são confiáveis.

³ A decisão do idioma de instrução nas escolas ou a escolha de qual religião será base para a determinação de feriados religiosos a serem seguidos são exemplos de bens públicos e decisões políticas que podem ser afetados pela diversidade étnica (MIGUEL, 1999).

demonstram uma maior probabilidade de guerra nestes locais (ROHNER; THOENIG; ZILIBOTTI, 2013), acentuada pela divergência nas preferências particulares de cada grupo ou indivíduo e pela variação do nível de bem-estar existente na sociedade. Além disso, algumas vertentes acreditam que este cenário pode estar ligado ao nível de confiança entre a população. Em seus estudos através de *Common Pool Resource Games (CPRGs)*⁴, Becchetti, Conzo e Romeo (2013) documentam que vítimas assoladas pela guerra são mais pró-sociais no jogo de confiança em que não consta múltiplas etnias. Porém, vale ressaltar que esta variável não teve uma análise isolada, as pessoas vítimas de violência são mais pró-sociais com seu grupo étnico em condições consideradas normais por Becchetti, Conzo e Romeo (2013)⁵.

A partir das objeções e divergências encontradas em sociedades com grande diversidade étnica, mostra-se que os conflitos, possivelmente, têm mais variações que apenas o comportamento social positivo em todos os casos. Objetivamos esta pesquisa, então, como forma a entender os efeitos do pós-guerra em um grupo específico, o qual abrange comunidades com certa variedade étnica.

3 Avaliação Empírica

3.1 A Guerra Pode Fomentar a Cooperação?

Bauer et al. (2016) analisa em seu artigo países atingidos por violentas guerras civis. Sua análise propõe uma junção de diversos outros estudos como forma a unificar os dados e, também, estabelecer um resultado abrangente aos impactos observados no pós-guerra. Sua análise foi rebuscada sobre sete países em específico, os quais sofreram duros conflitos e já foram estudados anteriormente.

Serra Leoa – um dos países mais pobres do mundo – foi assolado por uma guerra civil de 1991 a 2002 em que a *Revolutionary United Front (RUF)* inspirou uma rebelião violenta, nominalmente dirigida contra a corrupção e ineficácia do governo. A partir do fim do conflito a economia local obteve melhoras a cada ano⁶, com altas taxas de crescimento e níveis altos de investimento estrangeiro (CASEY; GLENNERSTER; MIGUEL, 2014), em uma recuperação vista como miraculosa segundo Bauer et al. (2016). Os principais estudos sobre o país foram de Bellows e Miguel (2006), Bellows e Miguel (2009) e Cecchi

⁴ CPR ou recursos comuns, são recursos públicos que beneficiam um grupo de pessoas. Estes recursos são limitados e, a depender da escolha dos agentes, podem se esgotar – Tragédia dos Comuns, onde os recursos se esgotam à medida que os indivíduos agem por si, sem pensar na comunidade.

⁵ Becchetti, Conzo e Romeo (2013) testaram se a violência sofrida durante os surtos políticos de 2007 afetou a confiabilidade entre os participantes quando sofrem do oportunismo de outras pessoas no jogo e quando também consta heterogeneidade étnica no grupo. Porém, não é feito um estudo isolado das variáveis. Para que a diversidade étnica tivesse efeito para o resultado, era necessário que o indivíduo tivesse sido atingido pelo oportunismo de outro participante.

⁶ A economia local cresceu até 2014, ano em que houve o surto de ebola no país.

et al. (2015), os quais encontraram o mesmo padrão de resultados: a variação exógena da exposição à violência à guerra associa-se a uma maior participação social, assim como a um aumento no nível de comportamento pró-social.

Em Uganda, o país mais estudado entre os artigos listados⁷, o grupo rebelde *Lord's Resistance Army (LRA)* recrutou dezenas de milhares de jovens à força por 20 anos. Como resultado de suas pesquisas, Blattman (2009) identificou que, em média, após cinco anos do recrutamento no LRA, o contato com a violência de guerra levou a aumentos na participação social pós-guerra (votação e liderança da comunidade).

Outros experimentos também foram feitos em países como Burundi, Geórgia, Nepal, Israel, Tajiquistão. No experimento em Burundi, foram apresentados resultados positivos quanto a ações altruístas em relação aos vizinhos, assim como foi relatada maior probabilidade de envolvimento com organizações comunitárias locais (VOORS et al., 2012). Em relação à Geórgia, os resultados de Bauer, Fiala e Lively (2014) comprovam que os participantes mais afetados pela guerra eram menos egoístas e com maior aversão à desigualdade aos membros do grupo. O mesmo se repete em Gilligan, Pasquale e Samii (2013) em seus estudos sobre o Nepal. No caso de Israel, após o conflito, observou-se temporariamente a disposição dos idosos de punir pessoas que não cooperavam e a disposição de recompensar aqueles que cooperavam, como mostrado por Gneezy e Fessler (2011). Por fim, no Tajiquistão, Cassar, Grosjean e Whitt (2013) encontram um resultado semelhante no geral, o aumento nos níveis de comportamento pró-social em membros do grupo.

Nestes estudos, os índices de cooperação social são obtidos, principalmente, através de experimentos. A população que teve algum contato com a guerra, seja de maneira ativa ou passiva, é selecionada para participar de Jogos de Confiança, Jogos do Ditador, Jogos de Bens Públicos e Jogos do Ultimato. Estes jogos são utilizados para a obtenção de dados comportamentais, mas que também permitam análise empírica. Explicamos abaixo o funcionamento de cada um deles.

Em um Jogo do Ditador, os tomadores de decisão alocam de maneira anônima recompensas entre si e outra pessoa. Neste formato, os participantes maximizam suas próprias recompensas, mas também visam o bem-estar dos destinatários. A partir dos resultados, pode-se estabelecer medidas de preferências sociais, como altruísmo, aversão à desigualdade ou aderência a normas sociais.

No caso do Jogo do Ultimato, uma quantia em dinheiro é dada para o jogador 1 dividir com o jogador 2, caso o segundo jogador aceite a divisão, ambos recebem o dinheiro, mas caso ele rejeite, ninguém recebe nada. A rejeição do jogador 2 em relação à baixa oferta, revela se este está disposto a sacrificar seus ganhos para punir o comportamento injusto do outro jogador. Isso também acaba por refletir na ação do jogador 1, caso haja a crença

⁷ Foi estudado por Annan et al. (2011), Bauer, Fiala e Lively (2014), Blattman (2009), Luca e Verpoorten (2015a), Luca e Verpoorten (2015b) e Rohner, Thoenig e Zilibotti (2013).

que as pessoas detêm esta motivação de justiça, provavelmente, o primeiro jogador não correrá o risco de que seja rejeitada sua oferta de partilha.

No Jogo de Confiança, o valor dado pelo primeiro jogador ao outro é triplicado e o segundo jogador pode decidir se deve devolver parte do dinheiro ao primeiro jogador ou não. A ação do primeiro jogador reflete confiança (crença de que o segundo jogador irá cooperar retornando parte do dinheiro) e a ação posterior do segundo jogador reflete reciprocidade, de maneira a ser analisado quanto ou se este retornou algum dinheiro ao primeiro jogador. No caso do Jogo do Ultimato e o Jogo de confiança, as decisões são tomadas sequencialmente.

Já em um jogo de Bens Públicos, os jogadores decidem de maneira simultânea e sigilosa se devem contribuir para um bem público. Este jogo revela a vontade individual de cooperar ou de carona (não contribuir por esperar que os outros jogadores contribuam para o bem público).

Os estudos citados e suas formas de obtenção de dados podem ser vistos na tabela 1 a seguir.

3.2 Modelo

O presente artigo utiliza como base os estudos de Bauer et al. (2016), o qual buscou avaliar o impacto da guerra na cooperação social em determinadas localidades. O pesquisador identifica 23 estudos desta temática e seleciona 17 destes para análise. Foram selecionados artigos que realizaram o estudo em locais que sofreram violência de guerra (diferente da violência criminal ou violência eleitoral, por exemplo) e que também atendessem a outros dois critérios principais: o estudo deveria ter como variável dependente da regressão a participação social, a cooperação ou a pró-socialidade e conter os dados disponíveis, seja online ou através de contato com o autor, para que fosse possível fazer a análise.

Considerando que os estudos tinham distintas fontes de dados e suas análises também eram diferentes entre si, as variáveis dependentes foram enquadradas em diferentes categorizações: participação em grupo social, liderança e participação da comunidade, confiança, comportamento pró-social em jogos experimentais, votação e, por último, conhecimento e interesse em política. Estas são explicadas a seguir:

1. Participação em grupo social: utiliza de dados sobre a participação em clubes sociais locais, em equipes esportivas ou em organizações comunitárias. É padronizada a média de quantos grupos cada indivíduo participa (caso os dados sejam em indicador binário, também foi definida a média binária);
2. Liderança e participação na sociedade: utiliza de indicadores de liderança e engajamento da comunidade, como participação em reuniões locais, trabalho voluntariado

Artigo	País	Conflito	Variáveis	Medidas de Pesquisa	Medidas Experimentais
Annan et al. (2011)	Uganda	Insurgência do Exército de Resistência do Senhor (LRA) (1986-2006)	Amostra representativa de jovens, alguns dos quais recrutados pelo LRA; N=613	Grupos, comunidade, confiança, voto, interesse em política	-
Bauer et al. (2013)	Geórgia e Serra Leoa	Geórgia: guerra com a Rússia pela Ossétia do Sul (2008) e Serra Leoa: guerra civil (1991-2002)	Geórgia: Crianças; N=565 Serra Leoa: População Adulta; N=586	Geórgia: grupos. Serra Leoa: grupos, comunidade, confiança, voto, interesse em política	Ambos os países: Jogo do Ditador
Bauer, Fiala e Levely (2014)	Uganda	Insurgência do Exército de Resistência do Senhor (LRA) (1986-2006)	Homens jovens, alguns dos quais recrutados pelo LRA; N=337	Grupos, comunidade, confiança, voto	Jogo de confiança
Bateson (2012)	70 países	Vítimas de Crime	América Latina: 39.238; Estados Unidos e Canadá: 3.000, África: 27.713, Europa: 17.088 e Ásia: 16.725	Grupos, comunidade, voto, interesse em política	-
Bellows e Miguel (2006)	Serra Leoa	Guerra Civil (1991 - 2002)	Amostra de nacionalidade representativa; N=10,496	Grupos, comunidade, confiança, voto, interesse em política	-
Blattman (2009)	Uganda	Insurgência do Exército de Resistência do Senhor (LRA) (1986-2006)	Homens jovens, alguns dos quais recrutados pelo LRA; N=741	Grupos, comunidade, voto	-
Cassar, Grosjean e Whitt (2013)	Tajiquistão	Guerra civil (1992-1997)	População Adulta; N=741	Grupos, comunidade, confiança e voto	Jogo de confiança
Cecchi et al. (2015)	Serra Leoa	Guerra Civil (1991-2002)	Jovens jogadores de futebol de rua; N=162	-	Jogo do ditador

Luca e Verpoorten (2015a)	Uganda	Insurgência do Exército de Resistência do Senhor (LRA) (1986-2006)	mostra de nacionalidade representativa; N=4,671	de nacionalidade representativa;	Grupos, confiança	-
Luca e Verpoorten (2015a)	Uganda	Insurgência do Exército de Resistência do Senhor (LRA) (1986-2006)	Amostra de nacionalidade representativa; N=4,671	de nacionalidade representativa;	Comunidade, votação, interesse em política	-
Gilligan, Pasquale e Samii (2013)	Nepal	Guerra Civil (1986-2006)	Chefes de família; N=252	de família;	Interesse na política	Jogo do ditador, jogo de confiança, jogos de bens públicos
Gneezy e Fessler (2011)	Israel	Guerra Israel - Hezbollah (2006)	Cidadãos idosos, N=50			Jogo do ultimato, jogo de confiança
Grosjean (2014)	Europa, Cáucásia e Ásia Central	Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e guerras civis	Amostra de nacionalidade representativa, N=38,864		Grupos, confiança, votação, interesse em política	-
Grossman, Manekin e Miodownik (2015)	Israel	Conflito Israel - Palestina (1967+)	Ex-soldados que se alistaram entre 1998-2003 e 2004-2009; N = 2,334		Voto, interesse em política	-
Rohner, Thoenig e Zilibotti (2013)	Uganda	Insurgência do Exército de Resistência do Senhor (LRA) (1986-2006)	Amostra de nacionalidade representativa, N=2,431		Confiança	-
Voors et al. (2012)	Burundi	Guerra Civil (1993-2005)	Chefes de família, N=287		Grupos, comunidade e votos	Tarefas de alocação (experimento de orientação ao valor social)
Voors e Bulte (2014)	Burundi	Guerra Civil (1989-2003)	População adulta, N=874		Grupos, confiança	-

Tabela 1 – Estudos sobre exposição à guerra e cooperação entre indivíduos no período pós conflito. **Fonte:** Bauer et al. (2016)

- e líder da comunidade. Os indicadores foram somados e padronizados;
3. Confiança: utiliza de indicadores de confiança que foram determinados a partir de perguntas como “Quanto você confia nos membros da sua aldeia?”. As variáveis de confiança foram somadas e padronizadas;
 4. Comportamento pró-social em jogos experimentais: as medidas de comportamento pró-social variam em relação a cada estudo a depender dos experimentos utilizados, como explicado na seção 3.1. Para padronização, utilizou-se da escala de medida de cada estudo, onde valores positivos mais altos correspondem a um comportamento mais pró-social;
 5. Votação: mede o voto nas eleições locais e nacionais, em que foram somados o número de eleições em que os participantes se registraram para votar, planejados para votar ou realmente votaram; e
 6. Conhecimento e interesse na política: utiliza de indicadores binários de familiaridade com figuras políticas ou eventos políticos e um interesse mais geral na política de um país. Os indicadores foram somados e padronizados.

Considerando essa categorização, foram estimados os efeitos da violência no comportamento dos indivíduos e seu impacto na cooperação. Os autores utilizaram da seguinte regressão:

$$Cooperação_{i,p,e} = Const_{p,e} + \beta_{p,e} \times ViolenciaGuerra_{i,p,e} + \epsilon_{i,p,e} \quad (1)$$

Onde a variável dependente $Cooperação_{i,p,e}$ é o comportamento pró-social em jogos experimentais do indivíduo (i), no estudo (e) em um determinado país (p). Bauer et al. (2016) estimaram o coeficiente de regressão $\beta_{p,e}$, o qual mede o impacto da exposição a violência sobre cooperação. $Const_{p,e}$ é a constante da regressão e $\epsilon_{i,p,e}$ o termo de erro. Esta regressão foi aplicada por Bauer et al. (2016) para obter o resultado relacionado ao aumento de cooperação social no pós-guerra em cada estudo, ou seja, foram estimados 17 betas distintos, um para cada estudo selecionado.

Através desta análise, Bauer et al. (2016) teve como resultado que a exposição à violência de guerra está associada a um aumento positivo e estatisticamente significante na cooperação social. De maneira mais detalhada, Bauer et al. (2016) concluem em seu estudo, a partir da equação 1, que as estimativas são positivas e estatisticamente significantes para a participação em grupos sociais, liderança e participação da comunidade, comportamento pró-social em jogos experimentais, votação e conhecimento de política (todos com valor de $p < 0,01$). Afirma-se, assim, o aumento da cooperação social entre os indivíduos de sociedades assoladas pela guerra.

3.3 Fragmentação Étnica

Através de seus estudos, Bauer et al. (2016) identifica os impactos positivos da guerra em relação a cooperação social. Porém, mesmo que seus resultados sejam de suma importância, acreditamos que uma variável, a qual não foi utilizada em seu modelo, poderia trazer outros resultados à análise.

Como mostrado na seção anterior, os dados utilizados foram, basicamente, a interrelação entre o país que esteve em guerra e as variáveis de cada estudo, segmentadas em seis grupos. Contudo, a teoria tem um viés adicional quanto à variedade étnica do país em questão e as possíveis mudanças relacionadas a isso. Segundo Alesina et al. (2003) o conflito étnico é um determinante importante da economia política de muitas nações e localidades. Acredita-se que este tipo de conflito leva à instabilidade política, má qualidade das instituições, política econômica mal projetada e desempenho econômico ruim.

Não somente, estudos nos Estados Unidos afirmam que em comunidade mais fragmentadas etnicamente, o fornecimento de bens públicos é menos eficiente, tanto a participação em atividades sociais quanto os níveis de confiança são menores e, além disso, o sucesso econômico, medido pelo crescimento do tamanho da cidade, também é menor⁸. Adicionalmente, existem evidências de que a confiança entre os indivíduos não tem níveis positivos em localidades com linhas raciais diversas (GLAESER et al., 2000).

A partir desta abordagem e na busca de maior abrangência de análise, decidimos acrescentar uma nova variável explicativa a esta pesquisa, a qual se remete ao nível de diversidade étnica de cada uma das localidades estudadas. Então, em nosso estudo, utilizaremos dos resultados obtidos por Bauer et al. (2016) – foram disponibilizados apenas os 17 betas resultantes da meta-análise – em uma regressão linear, onde adicionaremos o índice *Ethnolinguistic Fractionalization (ELF)*, como forma a entender o impacto da diversidade étnica no comportamento pró-social entre indivíduos de sociedades atingidas pela guerra.

O índice a ser utilizado em nossa análise foi obtido por Alesina et al. (2003). Esta medida de fragmentação étnica foi definida como uma espécie de controle padrão para regressões que explicam as diferenças entre países através de testes empíricos, principalmente diferenças relacionadas ao seu sucesso econômico. Neste estudo foram estabelecidos três novos índices: um baseado em uma ampla medida de etnia, um baseado estritamente na linguagem e outro baseado na religião. A partir destas opções, utilizaremos apenas o primeiro como forma de análise, por ser o índice que mais interessa aos nossos resultados.

Além disso, vale ressaltar que, dentre as categorizações utilizadas por Bauer et al. (2016), utilizaremos as variáveis que se encaixam no âmbito do Comportamento Pró-Social em Jogos Experimentais, o que totaliza 11 dos 17 betas disponíveis. Entendemos que a

⁸ Estudos como de Alesina, Baqir e Easterly (1999) e Alesina e Ferrara (2002).

junção das seis categorizações citadas em 3.2 chegam ao resultado do índice da cooperação social. Contudo, optou-se por tais dados em específico, uma vez que esta temática se correlaciona diretamente ao comportamento dos indivíduos, onde foi utilizado de um ambiente controlado para a obtenção dos resultados.

Desta forma, seguindo os estudos em que foram estabelecidas análises a partir de jogos experimentais (Annan et al. (2011) - Uganda; Cassar, Grosjean e Whitt (2013) - Tajiquistão; Grossman, Manekin e Miodownik (2015) - Israel; Bateson (2012) - África e Ásia, América Latina e Estados Unidos; Bauer et al. (2013) - Geórgia e Serra Leoa; Bauer, Fiala e Levely (2014) - Uganda; e Blattman (2009) - Uganda), a tabela 2 a seguir permite a observação dos índices para cada país ou continente⁹ analisado.

País	Ano (Dados de Etnia)	ELF
África	1979-2001	0,6626
América Latina	1981-2001	0,4189
Ásia	1983-2001	0,3981
Geórgia	1989	0,4923
Israel	1995	0,3436
Serra Leoa	1993	0,8191
Tajiquistão	2001	0,5107
Uganda	1983	0,9302

Tabela 2 – Índices ELF de etnia. **Fonte:** Alesina et al. (2003)

Levando em consideração o *ELF* e os dados estabelecidos anteriormente, utilizaremos a seguinte regressão como forma de análise:

$$\beta_{p,e} = Const + \gamma \times ELF_p + \epsilon_{p,e} \quad (2)$$

Onde $\beta_{p,e}$ é o impacto da exposição à violência de guerra sobre a cooperação social (utilizamos os betas do estudo de Bauer et al. (2016) como variável dependente, resultantes da equação 1). Foi incluída a variável ELF_p , que indica o índice ELF do país. O coeficiente de regressão γ demonstra se o impacto da exposição à violência sobre a cooperação social depende do ELF. *Const* é a constante da regressão e $\epsilon_{p,e}$ o termo de erro.

4 Resultados

4.1 Resultados

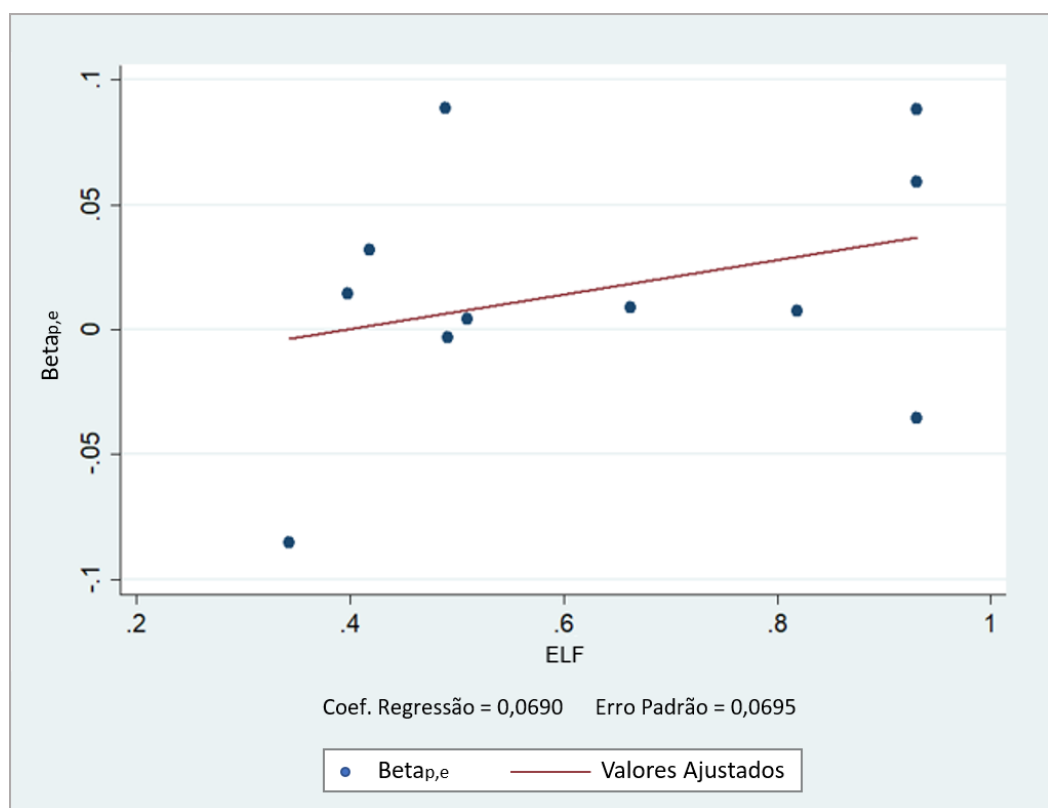
Conforme explicado na seção anterior, dentre os betas disponíveis como resultado do estudo de Bauer et al. (2016), optamos pela análise dos betas relacionados ao comportamento pró-social em jogos experimentais, os quais totalizam 11 betas. Temos como resultado que

⁹ No caso dos continentes em questão, foi feita uma média simples dos índices de cada país pertencente.

a exposição à violência de guerra está associada a um aumento positivo na cooperação social mesmo em localidades com alta diversidade étnica.

Esta conclusão pode ser estabelecida através do coeficiente de regressão γ de 0,069 (erro padrão de 0,0695), ou seja, não podemos rejeitar a hipótese nula que o ELF não influencia no impacto da exposição à violência de guerra sobre a cooperação social.

Apesar de não ser estatisticamente significativa, identificamos uma relação positiva entre os índices. Desta forma, em localidades assoladas pela guerra em que a diversidade étnica é maior, há um aumento nos níveis de cooperação social entre os habitantes. Como pode ser visto a partir do gráfico de dispersão apresentado na figura abaixo:



4.2 Explicação Teórica

Identificamos que, apesar da diversidade étnica nas localidades analisadas, este não é um fator que interfere negativamente no nível de cooperação social entre os indivíduos no pós-guerra. Não somente, encontramos evidências para que o nível de cooperação aumente com a diversidade. Por conta deste novo viés, buscamos chegar em uma linha teórica que permita explicar este resultado.

4.2.1 Diversidade Étnica na Política

As leituras de Collier e Hoeffler (2004), Wimmer, Cederman e Min (2009) e Fearon e Laitin (2003) apresentam o estudo dos conflitos, entendendo a participação da diversidade

étnica para o acontecimento e desenvolver das guerras de uma maneira complementar. Em uma perspectiva geral, Collier e Hoeffler (2004) apresentam que o principal fator ao acontecimento de guerras civis é sua viabilidade, em localidades de governos fracos onde rebeldes possam recrutar jovens sem causar grandes alardes, e atribuem à má distribuição de recursos econômicos como facilitação para que ocorram novos conflitos. Neste caso, além de não serem motivados pelo fator da etnia também não são motivados pela marginalização social. Esta teoria vai de encontro aos outros autores, de maneira que cada um atribui à formação do meio político um ambiente de crise suficientemente grande para que haja violência.

De acordo com seus resultados, Wimmer, Cederman e Min (2009) identificam a questão de domínio político, onde as diferenças étnicas só favorecem os conflitos quando estão presentes nas configurações de poder, fazendo com que aquela localidade se torne mais propensa ao conflito. Nesta visão, em uma localidade governada por um governo etnicamente segmentado, a possibilidade de confronto aumenta visto que uma proporção considerável do estado pode vir a ser excluída do domínio do poder por conta de sua origem étnica. E, por sua vez, levando em consideração que cada guerra tem seu enredo¹⁰, a exclusão étnica do poder estatal e a competição pela distribuição de bens pelo governo seriam os principais motivos a salientarem o conflito étnico¹¹.

Já em um cenário complementar, Fearon e Laitin (2003) atribuem à insurgência¹² como principal facilitador às guerras. Nesta perspectiva, o governo tem grande responsabilidade já que a situação em que se encontra pode vir a favorecer as movimentações insurgentes, como um alto índice de pobreza, alto nível populacional e instabilidades no governo – fatores que demonstram a fraqueza estatal. Estes, por sua vez, são preditores mais concisos de uma possível rebelião do que indicadores de diversidade étnica, religiosa ou até mesmo de desigualdade econômica. Além destes fatores, algo que chama atenção em seus resultados é que, entre os países mais pobres, os quais detêm mais ocorrências de guerra civil, existe uma tendência para países mais homogêneos serem mais propensos à guerra, uma vez que os incentivos materiais e organizacionais para uma rebelião contra o governo são mais importantes que a identidade étnica ou a exclusão política (FEARON; LAITIN, 2003).

Desta forma, estas visões estabelecem dois pontos sobre os conflitos: quando um número de elites concorrentes partilha do poderio em uma localidade segmentada, o risco de conflito aumenta – seu nível de precisão é tão robusto quanto a análise do desenvolvimento econômico para a previsão de guerras (WIMMER; CEDERMAN; MIN, 2009), assim como

¹⁰ Esta diferenciação é evidenciada em estudos como o de Buhaug (2006), o qual identifica particularidades em cada tipo de conflito.

¹¹ Os conflitos étnicos geralmente envolvem toda a configuração do poder, principalmente a questão de quem tem acesso ao poder do Estado e quem controla este poder (WIMMER; CEDERMAN; MIN, 2009).

¹² Segundo Fearon e Laitin (2003) a insurgência é uma tecnologia de conflito militar caracterizada por pequenos bandos levemente armados praticando guerrilhas a partir de áreas rurais.

a crescente de guerrilhas promove o acontecimento de guerras na sociedade (FEARON; LAITIN, 2003). Através destes argumentos conseguimos identificar que a diversidade étnica não é a principal motivação ao conflito, na verdade, sociedades altamente diversas não são mais propensas a conflitos, uma vez que queixas étnicas são muito difundidas para explicar ou definir o evento da guerra civil (WIMMER; CEDERMAN; MIN, 2009; FEARON; LAITIN, 2003).

Nesta perspectiva, uma vez que a diversidade étnica não é a principal causa de conflitos¹³, nos leva a entender que sua relevância quanto ao nível de cooperação entre os indivíduos no pós-guerra também não é tão significativa. Apesar de existirem diferenças entre as etnias e diferentes necessidades – como linguagem, religião, idioma, citados na seção 2.3 – as questões que interferem consideravelmente o nível de cooperação entre estes indivíduos estão em um âmbito ainda maior, o âmbito político e de distribuição econômica.

A partir da teoria de “*Nationalist Exclusion and Ethnic Conflicts: Shadows of Modernity*”, Wimmer (2002) define a importância da etnia para a política não por conta de uma tendência a favorecer parentes/co-étnicos, por identidade à etnia ou por fornecer baixos custos para a organização política, mas porque o estado é governado em nome de um determinado povo e os governantes devem prover a este. Os políticos passam a ter incentivos para obter sua legitimidade, já que conseguiram chegar ao poder, e favorecem aquela determinada região em relação a outras na distribuição de bens públicos ou empregos. Wimmer (2002) esclarece que este favoritismo é mais provável em estados pobres que carecem de recursos e em estados onde outros canais para agregar interesses políticos e recompensar lealdade política são escassos.

Nesta perspectiva, entendemos que a diversidade étnica irá impactar fortemente a partir do nível de governança que atua e as distribuições a nível governo para com a sociedade¹⁴, visto os diferentes interesses dentro da organização política. Porém, dificilmente influenciará para um comportamento local não cooperativo, uma vez que os incentivos para a cooperação tem diferentes grandezas ao se comparar o nível político e o nível social de uma comunidade.

4.2.2 Utilização do ELF

Mesmo com as explicações teóricas colocadas na seção anterior, outro ponto a ser levado em consideração na literatura é o questionamento sobre a utilização do ELF e seu funcionamento. Kalyvas (2008) reúne análises que contestam a utilização deste índice para estudos sobre guerras que não sejam de cunho étnico, alegando que apenas neste meio

¹³ A diversidade étnica ainda pode causar guerra civil indiretamente, se causar uma baixa renda per capita (EASTERLY; LEVINE, 1997).

¹⁴ À medida que o controle estatal aumentou, surgiram oportunidades para favorecer um grupo ou grupos étnicos específicos por meio de uma burocracia étnica em termos de educação pública, leis linguísticas e regulamentos religiosos. Dessa maneira, a etnia passou a servir como um instrumento de exclusão social e política (CEDERMAN; GIRARDIN, 2007).

haverá um efeito significativo – Sambanis (2001); e também cria indagações sobre o viés de utilização do índice, uma vez que estudos que utilizam o ELF, em sua maioria, têm como resultado que a diversidade étnica não afeta a probabilidade de início de guerra civil, como Collier e Hoeffler (2004) e Fearon e Laitin (2003).

Neste contexto, Cederman e Girardin (2007) defendem que este índice ignora dimensões religiosas e raciais da etnia em favor da dimensão linguística, além de especificar incorretamente os mecanismos que ligam etnia e conflito. Assim como Laitin e Posner (2001) também sugerem que este índice estaria mal equipado para capturar as identidades étnicas e os efeitos endógenos que permitem que a variável dependente influencie o índice ao longo do tempo. Por conta disso, seriam necessárias reformulações ao longo dos anos para que o ELF maximize sua assertividade.

5 Conclusão

Estudos sobre períodos pós-guerra buscam analisar principalmente os efeitos da exposição de uma sociedade à violência. Nesta perspectiva, levando em consideração o crescimento econômico surpreendente de dois países no momento posterior a guerra, Moçambique e Uganda, iniciamos este trabalho para identificar quais seriam os benefícios que as comunidades poderiam alcançar no pós-guerra, mantendo um foco no comportamento das pessoas, e estendemos esta curiosidade para localidades com maior diversidade étnica.

Com base em uma literatura diversa, identificamos que o pós-guerra tem um efeito positivo considerável no comportamento dos indivíduos, principalmente em relação a sociedade onde está inserido. O ativismo político tende a aumentar, na maioria dos casos, além de um comportamento mais altruísta e pró-social. Nesta perspectiva, este debate se estende também a locais com maior diversidade étnica, uma vez que a literatura de economia demonstra que quanto mais diversa a localidade, menor a contribuição tributária, mais altos são os gastos, os déficits e a dívida per capita, além do menor gasto do governo quanto a bens públicos.

Apesar de serem abordados os pontos negativos resultantes da diversidade étnica para a distribuição de bens, os quais incentivaram o detalhamento dentro deste estudo, nossos resultados corroboram com a ideia de que existe um aumento da cooperação social no pós-guerra inclusive para localidades etnicamente diversas. Mesmo que com evidências singelas, identificamos o aumento da cooperação em localidades etnicamente heterogêneas como resultado da regressão linear feita.

A partir deste novo resultado, buscamos por linhas teóricas que pudessem explicar este fato. Identificamos estudos que concluem que a diversidade étnica terá um maior peso apenas quando está em níveis de governança, uma vez que o detentor do poder pode

favorecer uma certa parte da população de acordo com a proporção de votos. Portanto, apesar de diferenças entre as etnias, o que imaginamos interferir no nível de cooperação social, na verdade, está em um âmbito político e de distribuição econômica. Entendemos que dificilmente a diversidade étnica irá impactar em um comportamento local não cooperativo, já que os incentivos de cooperação têm diferentes grandezas quando comparado cidadãos para com cidadãos e cidadãos para com o estado ou vice versa.

Desta forma, a partir de revisões bibliográficas e evidências resultantes da regressão aplicada, este estudo contribui para a literatura com o resultado de que há um aumento da cooperação social no pós-guerra, incluindo lugares etnicamente diversos nesta discussão. Mesmo com este resultado, para pesquisas futuras, seria interessante uma maior abrangência bibliográfica de estudos que foquem na diversidade étnica e suas consequências na cooperação entre os indivíduos, mas também, continuar com a análise voltada à heterogeneidade étnica dentro do campo político e suas consequências à população. Não somente, para maior precisão dos resultados, seria de suma importância a aplicação de novas pesquisas de campo com foco em localidades de grande diversidade étnica, buscando entender o quanto isso afeta a convivência das pessoas e qual a percepção delas em relação a esta diversidade no âmbito político *versus* os resultados quantitativos estimados.

Referências

- ALESINA, A.; BAQIR, R.; EASTERLY, W. Public goods and ethnic divisions. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford University Press (OUP), v. 114, n. 4, p. 1243–1284, nov. 1999.
- ALESINA, A. et al. Fractionalization. *Journal of Economic growth*, Springer, v. 8, n. 2, p. 155–194, 2003.
- ALESINA, A.; FERRARA, E. L. Who trusts others? *Journal of public economics*, Elsevier, v. 85, n. 2, p. 207–234, 2002.
- ALESINA, A.; FERRARA, E. L. Ethnic diversity and economic performance. *Journal of Economic Literature*, American Economic Association, v. 43, n. 3, p. 762–800, ago. 2005.
- ANNAN, J. et al. Civil war, reintegration, and gender in northern uganda. *Journal of Conflict Resolution*, SAGE Publications, v. 55, n. 6, p. 877–908, ago. 2011.
- BANCO MUNDIAL. Breaking the conflict trap: Civil war and development policy. *World Bank Policy Research Report*, World Bank, 2003.
- BATESON, R. Crime victimization and political participation. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 106, n. 3, p. 570–587, 2012.
- BAUER, M. et al. Can war foster cooperation? *Journal of Economic Perspectives*, v. 30, n. 3, p. 249–74, 2016.
- BAUER, M. et al. War's enduring effects on the development of egalitarian motivations and in-group biases. *Psychological Science*, SAGE Publications, v. 25, n. 1, p. 47–57, nov. 2013.
- BAUER, M.; FIALA, N.; LEVELY, I. Trusting former rebels: An experimental approach to understanding reintegration after civil war. *The Economic Journal*, v. 128, n. 613, p. 1786–1819, ago. 2014.
- BECCHETTI, L.; CONZO, P.; ROMEO, A. Violence, trust, and trustworthiness: Evidence from a nairobi slum. *Oxford Economic Papers*, Oxford University Press (OUP), v. 66, n. 1, p. 283–305, abr. 2013.
- BELLOWS, J.; MIGUEL, E. War and institutions: New evidence from sierra leone. *American Economic Review*, American Economic Association, v. 96, n. 2, p. 394–399, abr. 2006.
- BELLOWS, J.; MIGUEL, E. War and local collective action in sierra leone. *Journal of Public Economics*, Elsevier BV, v. 93, n. 11-12, p. 1144–1157, dez. 2009.
- BLATTMAN, C. From violence to voting: War and political participation in uganda. *American Political Science Review*, Cambridge University Press (CUP), v. 103, n. 2, p. 231–247, maio 2009.

- BUHAUG, H. Relative capability and rebel objective in civil war. *Journal of Peace Research*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 43, n. 6, p. 691–708, 2006.
- CARMIL, D.; BREZNITZ, S. Personal trauma and world view—are extremely stressful experiences related to political attitudes, religious beliefs, and future orientation? *Journal of Traumatic Stress*, Wiley, v. 4, n. 3, p. 393–405, jul. 1991.
- CASEY, K.; GLENNERSTER, R.; MIGUEL, E. Healing the wounds: Learning from sierra leone’s postwar institutional reforms. In: *African Successes, Volume I: Government and Institutions*. [S.l.]: University of Chicago Press, 2014. p. 15–32.
- CASSAR, A.; GROSJEAN, P.; WHITT, S. Legacies of violence: Trust and market development. *Journal of Economic Growth*, Springer Science and Business Media LLC, v. 18, n. 3, p. 285–318, jun. 2013.
- CECCHI, F. et al. Civil war exposure and competitiveness: Experimental evidence from the football field in sierra leone. *Accessed November*, v. 13, 2015.
- CEDERMAN, L.-E.; GIRARDIN, L. Beyond fractionalization: Mapping ethnicity onto nationalist insurgencies. *American Political science review*, Cambridge University Press, v. 101, n. 1, p. 173–185, 2007.
- COLLIER. The bottom billion. *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, Wiley Online Library, p. 1–3, 2007.
- COLLIER, P.; HOEFFLER, A. Greed and grievance in civil war. *Oxford economic papers*, Oxford University Press, v. 56, n. 4, p. 563–595, 2004.
- EASTERLY, W.; LEVINE, R. Africa's growth tragedy: Policies and ethnic divisions. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford University Press (OUP), v. 112, n. 4, p. 1203–1250, nov. 1997.
- FEARON, J. D.; LAITIN, D. D. Ethnicity, insurgency, and civil war. *American political science review*, Cambridge University Press, v. 97, n. 1, p. 75–90, 2003.
- GILLIGAN, M. J.; PASQUALE, B. J.; SAMII, C. Civil war and social cohesion: Lab-in-the-field evidence from nepal. *American Journal of Political Science*, Wiley, v. 58, n. 3, p. 604–619, nov. 2013.
- GLAESER, E. L. et al. Measuring trust. *Quarterly Journal of Economics*, Oxford University Press (OUP), v. 115, n. 3, p. 811–846, ago. 2000.
- GNEEZY, A.; FESSLER, D. M. T. Conflict, sticks and carrots: War increases prosocial punishments and rewards. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, The Royal Society, v. 279, n. 1727, p. 219–223, jun. 2011.
- GROSJEAN, P. Conflict and social and political preferences: Evidence from world war II and civil conflict in 35 european countries. *Comparative Economic Studies*, Springer Science and Business Media LLC, v. 56, n. 3, p. 424–451, mar. 2014.
- GROSSMAN, G.; MANEKIN, D.; MIODOWNIK, D. The political legacies of combat: Attitudes toward war and peace among israeli ex-combatants. *International Organization*, Cambridge University Press (CUP), v. 69, n. 4, p. 981–1009, 2015.

- HABYARIMANA, J. et al. Why does ethnic diversity undermine public goods provision? *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 101, n. 4, p. 709–725, 2007.
- KALYVAS, S. N. Ethnic defection in civil war. *Comparative Political Studies*, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 41, n. 8, p. 1043–1068, 2008.
- LAITIN, D.; POSNER, D. The implications of constructivism for constructing ethnic fractionalization indices. *APSA-CP: Newsletter of the Organized Section in Comparative Politics of the American Political Science Association*, v. 12, n. 1, p. 13–17, 2001.
- LUCA, G. D.; VERPOORTEN, M. Civil war and political participation: Evidence from uganda. *Economic Development and Cultural Change*, University of Chicago Press, v. 64, n. 1, p. 113–141, out. 2015.
- LUCA, G. D.; VERPOORTEN, M. Civil war, social capital and resilience in uganda. *Oxford Economic Papers*, Oxford University Press (OUP), v. 67, n. 3, p. 661–686, maio 2015.
- MIGUEL, T. Ethnic diversity, mobility and school funding: Theory and evidence from kenya. *Mobility and School Funding: Theory and Evidence from Kenya (June 1999)*, 1999.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Report*. [S.l.]: Oxford University Press, 1993.
- PUNAMAKI, R.-L.; QOUTA, S.; SARRAJ, E. E. Relationships between traumatic events, children's gender, and political activity, and perceptions of parenting styles. *International Journal of Behavioral Development*, Taylor & Francis, v. 21, n. 1, p. 91–110, 1997.
- ROHNER, D.; THOENIG, M.; ZILIBOTTI, F. Seeds of distrust: Conflict in uganda. *Journal of Economic Growth*, Springer Science and Business Media LLC, v. 18, n. 3, p. 217–252, ago. 2013.
- SAMBANIS, N. Do ethnic and nonethnic civil wars have the same causes? a theoretical and empirical inquiry (part 1). *Journal of Conflict Resolution*, Sage Publications, Inc. 2455 Teller Road, Thousand Oaks, CA 91320, v. 45, n. 3, p. 259–282, 2001.
- TILLY, C.; ARDANT, G. *The Formation of National States in Western Europe*. [S.l.]: Princeton Univ Pr, 1975. v. 8.
- VOORS, M. J.; BULTE, E. H. Conflict and the evolution of institutions: Unbundling institutions at the local level in burundi. *Journal of Peace Research*, SAGE Publications, v. 51, n. 4, p. 455–469, jul. 2014.
- VOORS, M. J. et al. Violent conflict and behavior: A field experiment in burundi. *American Economic Review*, American Economic Association, v. 102, n. 2, p. 941–964, abr. 2012.
- WIMMER, A. *Nationalist Exclusion and Ethnic Conflict: Shadows of Modernity*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2002.
- WIMMER, A.; CEDERMAN, L.-E.; MIN, B. Ethnic politics and armed conflict: A configurational analysis of a new global data set. *American Sociological Review*, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 74, n. 2, p. 316–337, 2009.